

A vez do Teles Pires

Categories : [Notícias](#)

O governo federal quer incluir a Usina Hidrelétrica de Teles Pires, entre os entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), em um leilão de comercialização de energia previsto para o final do ano. Para isto, precisa que a Licença Prévia para o empreendimento seja concedida para o Ibama ainda este ano. O Estudo de Impacto Ambiental já está no instituto e aguarda uma verificação para confirmar se ele atende a todos os itens do Termo de Referência, antes de começar a ser analisado.

Isolada, a hidrelétrica de Teles Pires terá capacidade para gerar 1820 MW de energia e um reservatório de 151,84 Km². Ela fica em uma área ainda bastante preservada do rio Teles Pires, que nasce no Norte do Mato Grosso e deságua no Rio Tapajós, no Pará. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do governo federal, é uma das melhores relações entre área alagada e energia produzida entre as usinas deste porte planejadas pelo governo brasileiro. O Estudo considera também que vai afetar uma região com poucos habitantes (apenas 33 famílias indicadas no EIA), onde não existem Unidades de Conservação, populações quilombolas ou indígenas. Por isto, o impacto seria pequeno.

Mas o estudo apresentado demonstra também que populações de peixes que vivem nas corredeiras do rio sejam muito afetadas pela obra. Apesar do Teles Pires não ser uma rota migratória para grande bagres, espécies de pacus, com importância econômica para a região, vão ser extintos nas áreas alagadas. “Estes peixes vivem em corredeiras, eles não suportam a mudança de ambiente”, afirma o biólogo Jansen Zuanon, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e um dos autores do capítulo sobre Ictiofauna (peixes).

A solução para amenizar este impacto seria reservar trechos do rio para preservação deste peixes. Mas não é isto que está nos planos do governo federal. Seis usinas estão planejadas para a Bacia do Teles Pires, que poderiam gerar mais de 3600 MW. Cinco destas usinas estão no rio principal. Com isto, a pesca esportiva de peixes como jaú, piraíba, tucunaré, cachorra e pacu está ameaçada. O turismo também deve sofrer com o alagamento de corredeiras na região. “A usina fica na cabeceira de Sete-quedas, uma das corredeiras da região”, conta Zuanon.

Se tudo correr da maneira que o governo deseja, a Licença Prévia pode ser concedida em seis meses. Mas isto depende da análise do Estudo de Impacto Ambiental e possíveis contestações. E depende também da greve enfrentada pelo Ibama, que pode atrasar todo o processo de licenciamento.